

UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA*

O objecto da presente comunicação traduz-se pela proposta dos objectivos, bases conceptuais e forma de implementação de um sistema de educação, de formação e de divulgação cultural destinado a populações lusófonas; e não só daquelas compreendidas no conjunto dos Países de Língua Portuguesa, mas ainda para todos os indivíduos falantes desta língua, qualquer que seja a sua nacionalidade e onde quer que se encontrem.

Há poucos anos, tal objectivo podia merecer o qualificativo de irrealista ou megalómano. Hoje em dia, porém, não só este propósito se revela possível e desejável, como ainda a sua concretização se pode efectivar a custos aceitáveis e a prazo moderadamente curto.

Articula-se esta intenção com a necessidade, crescente e agudamente reconhecida, de proporcionar educação e formação ao maior número possível de pessoas, levando-as a poder atingir os mais altos níveis de qualificação e de especialização. Não se trata de uma intenção meramente motivada por propósitos idealistas; pelo contrário, radica-se em algumas constatações pragmáticas quanto ao futuro do trabalho e do emprego, numa evolução de situação internacional que tende a afectar directamente todos os países e todas as sociedades.

Com efeito, o efeito de globalização que se tem vindo a verificar nos domínios das comunicações, do comércio livre, dos serviços prestados e dos negócios internacionais, na mobilidade das pessoas, das mercadorias, das notícias, das ideias e mesmo dos gostos e dos estilos – tem efeitos perversos no domínio da competitividade internacional, da instabilidade de mercados e na insegurança dos empregos.

Com efeito, não mais existe o perfil, frequente ainda há algumas décadas atrás, do profissional que conservava o seu tipo de ocupação (e por vezes, até, a mesma entidade empregadora) em todo o decurso da sua vida activa. A rapidez de evolução das técnicas e

* Comunicação apresentada no *III Encontro Luso-Afro-Brasileiro de Língua Portuguesa, Literaturas e Comunicação Social*, organizado pela Faculdade de Comunicação Social da Fundação Cásper Líbero, em Maio de 2000, S. Paulo. (N.E.)

dos métodos, dos sistemas tecnológicos e das descobertas científicas obriga a que possa diminuir drasticamente a duração de vida de boa parte das qualificações profissionais, tornando-as desactualizadas ao fim de alguns anos e mesmo obsoletas ao termo de uma ou de duas décadas.

Esta é uma das razões que militam em favor do princípio de deverem ser asseguradas condições para assegurar a educação ao longo da vida para a totalidade da população activa de um país, por forma a que se não verifique o risco de perda individual do posto de trabalho por desactualização do valor de um dado perfil profissional. Por outro lado, também os demais membros da sociedade civil necessitam de frequentes actualizações de conhecimentos e de comportamentos, por forma a poderem manter-se a par, como cidadãos participantes e conscientes, das próprias mudanças sociais que os novos tempos irão necessariamente produzir.

No entanto, não é apenas o risco de desadequação acelerada de perfis profissionais que cada vez mais impende sobre o emprego ou a ocupação. A mencionada instabilidade dos mercados pode acarretar a perda de competitividade das empresas e, conseqüentemente, a sua ruína, arrastando os seus funcionários para o desemprego.

A melhor defesa contra estes riscos reside na qualidade da formação inicial e nas oportunidades de formação continuada. Quanto maior for a qualificação de uma pessoa e mais actualizado seja o seu perfil de desempenho, mais bem defendida estará contra a ameaça de redundância; e, se mesmo assim for caso disso, mais bem habilitada estará para poder criar o seu próprio emprego.

Infelizmente, as prioridades da educação e da formação (necessariamente apenas produzindo frutos no médio ou longo prazo) são sempre, na prática governativa, condicionadas por outras prioridades mais agudas, da área social e no tempo do imediato: o combate à exclusão e à pobreza, a problemática da saúde, a viabilidade financeira dos sistemas de segurança social, etc.

Nestas circunstâncias, serão sempre insuficientes os recursos afectos a investimentos na criação de novas escolas e universidades, ao aumento quantitativo do professorado e à dignificação das suas carreiras, ao aumento da duração da escolaridade obrigatória, ao estímulo do acesso ao ensino superior, ao lançamento de esquemas credíveis e realistas de criação de oportunidades de formação continuada.

Mesmo em muitos dos países ditos desenvolvidos e, por maioria de razão, nos países em desenvolvimento, não existe capacidade financeira efectivamente disponível para garantir, simultaneamente:

- Uma educação básica suficientemente prolongada para toda a a população crianças e jovens;
- Para assegurar que pelo menos metade da classe etária dos 18 aos 25 anos se encontre efectivamente a frequentar um curso superior;
- Para criar condições para a formação profissional continuada da população activa;
- Para poder, ainda, dedicar esforço e recursos à educação tecnológica, social, política, cívica e comunitária de todo o conjunto da sociedade civil.

Existem, felizmente, respostas para a ultrapassagem, a maior ou a menor prazo, deste tipo de dilema. Não sendo realista tentar aumentar, na proporção necessária, a capacidade dos estabelecimentos e o volume dos recursos humanos necessários para assegurar este gigantesco esforço de educação e de formação de massas, usando apenas as técnicas e métodos convencionais da aprendizagem presencial, em aula, importa recorrer a soluções não tradicionais, capazes de:

- Aumentar a capacidade dos sistemas de educação e de formação;
- Melhorar a produtividade do ensino;
- E que tenham, mesmo assim, custos comportáveis para os orçamentos nacionais.

O conceito de *educação aberta e a distância* (aplicável igualmente a muitas situações de formação profissional, inicial ou continuada) reside em considerar que qualquer indivíduo, desde que para tal tenha motivação suficiente, *pode aprender por si próprio, longe de sala de aula ou de professor, mediante a criação de um conjunto de requisitos para tal necessários*. São eles:

- O acesso fácil do estudante ou formando a materiais didácticos de qualidade, capazes de facilitar a auto-aprendizagem;
- A existência de uma ligação personalizada entre o estudante e o sistema responsável pelo ensino ou formação, numa base de relação individual formalizada;
- A previsão de um esquema de apoio individualizado ao estudante, capaz de o manter devidamente informado de todos os assuntos do seu interesse, de lhe resolver

problemas de aprendizagem, (tanto em matéria científica e técnica como pedagógica) e, até, de lhe fornecer o apoio moral e psicológico que evite o desencorajamento ou a sensação de se encontrar sozinho e desamparado.

Os chamados sistemas de Educação Aberta e a Distância, **EAD** (ou **ODL**, seguindo o acrónimo Inglês correspondente à expressão internacionalmente consagrada *Open and Distance Learning*) baseiam-se nestes requisitos, aos quais é ainda de acrescentar um outro conjunto de necessidades operacionais para tais sistemas, que se traduzem pela sua disponibilidade de muito eficazes sistemas de comunicação e de tratamento de informação e de uma boa infraestrutura técnica em matéria de organização e métodos, de logística e de gestão.

É este o modelo típico das chamadas Universidades de Ensino a Distância, ou Universidades Abertas, assim designadas na tradição da instituição que neste domínio foi pioneira, a Open University britânica, em funcionamento desde 1971. Existem hoje em dia cerca de duas centenas de universidades deste tipo, em quase todos os países do mundo, actuando fundamentalmente segundo este regime de aprendizagem. A base de dados internacional ICDL permite obter uma panorâmica da distribuição, por regiões do mundo, deste tipo de instituições: (<http://www-icdl.open.ac.uk/>).

No entanto, outro modelo de funcionamento corresponde a uma tendência mais recente, para as instituições que exercem (ou começam a exercer) actividades neste domínio. Trata-se de estabelecimentos convencionais que, sem abdicarem do seu método tradicional de ensino, em sala de aula e na presença de um professor, adoptaram os conceitos e métodos característicos de EAD, desenvolvendo actividades paralelas de ensino neste domínio. São por essa razão designadas com instituições de *modo-duplo*.

Existem numerosíssimos estabelecimentos de ensino superior deste tipo (provavelmente atingindo a ordem de grandeza do milhar), mais ou menos recentemente criados em todas as regiões do mundo.

Não é apenas no domínio do ensino superior que tal acontece: muitos sistemas de EAD, funcionando em regime de modo duplo ou modo misto, actuam no domínio do ensino a nível secundário, na formação profissional, na educação de adultos e na formação continuada, na maior parte dos países do globo.

Mais recentemente apareceu uma nova modalidade dos métodos utilizados em EAD, fomentada pela inovação e progresso nas telecomunicações e pela expansão da INTERNET:

traduz-se pela aplicação massiça destas tecnologias no estabelecimento regular de contactos entre o sistema de ensino e cada estudante (e vice-versa), bem como na possibilidade de os estudantes contactarem e trabalharem uns com os outros. Têm-se vindo a consagrar as designações de *Universidade Virtual* ou *Sistema EAD Virtual*, expressões que julgamos corresponder mais a uma moda do que a alguma diferença conceptual entre estes sistemas e os que antes se designavam simplesmente como estabelecimentos EAD.

As vantagens de todos estes tipos de instituições residem sobretudo nas condições que oferecem para que possam iniciar ou continuar estudos todos aqueles que, na idade mais própria, perderam essa oportunidade. Igualmente, na expansão da capacidade de acolhimento de estabelecimentos de ensino que, de outra forma, estariam saturados. Por último, na flexibilidade acrescida que oferecem aos seus estudantes: flexibilidade em relação ao tempo, ao espaço e aos conteúdos curriculares.

É hoje possível "frequentar" um curso ou um programa de formação sem que o utilizador tenha necessidade de deslocar-se, dia após dia e mês após mês, a um estabelecimento de ensino. É possível também escolher as horas em que se estuda e aprende, com total liberdade, conformando-as com outras ocupações de tempo profissionais, familiares ou de lazer; bem escolher os períodos do ano que sejam mais conveniente para a compatibilidade com esses tipos de obrigações.

Devido aos progressos e abaixamento de custos das comunicações, os sistemas EAD tornaram-se independentes das fronteiras nacionais ou dos contornos regionais, sendo hoje possível frequentar um curso superior leccionado e validado conjuntamente por uma rede de universidades, ainda que situadas em continentes diferentes e mesmo em relação ao país a que pertence o estudante. O mesmo se verifica em relação a outros níveis de ensino ou de formação.

As principais barreiras para a aprendizagem neste contexto são o domínio da língua de trabalho e a compatibilidade com a cultura da instituição ou rede de instituições que ministram o ensino, em regime EAD. Ainda, a necessidade de que este processo seja suportado em esquemas de apoio aos estudantes que desejavelmente disponham de representações locais no país ou região da sua residência. Estes requisitos determinaram que muitas das associações de universidades e de estabelecimentos de ensino de outros níveis e naturezas se tenham constituído, ou numa base de homogeneidade linguística ou numa base de vizinhança regional. Um bom exemplo é a rede designada EAD por *Universitas 21*

(<http://www.universitas.edu.au/projects>) que abrange a maior parte dos países da Commonwealth e ainda alguns outros, em países de língua inglesa.

Um conjunto de universidades alemãs acabou de criar a rede EAD designada por *Virtuelle Hogenschule Bayern* (<http://www.vhb.org/>), o mesmo acontecendo com a *Universidade Virtual da Andaluzia* (<http://www.ugr.es>) para a língua castelhana.

Parece ser tempo de não perder tempo, no que respeita aos países de língua portuguesa. Todos eles têm problemas a resolver em matéria de expansão (e de efectivo cumprimento) da escolaridade obrigatória, de alargamento visível das oportunidades de acesso ao ensino superior, de lançamento de um esquema credível de formação ao longo da vida, que urge serem resolvidos. Tirando partido das comemoração do V Centenário, Portugal e o Brasil têm todas as condições para serem, conjuntamente, os iniciadores da iniciativa que designámos por "Um Sistema de Educação a Distância para a Língua Portuguesa", tendo por base a sobeja competência e experiência que neste domínio existe, em ambos os países.

No tocante ao enquadramento conceptual, o Sistema utiliza a metodologia própria da EAD e inicia-se com um conjunto de instituições educativas dos dois países, detentoras de experiência prévia nesta matéria, articuladas em rede. Isto sem prejuízo do seu alargamento subsequente a outras instituições dotadas de reconhecida competência e credibilidade, nestes e noutros países lusófonos. Em termos de visibilidade externa, o Sistema constrói a sua imagem, delinea a sua identidade e dá a conhecer a sua existência, objectivos e actividades previstas, através da criação de uma localização própria na Web.

Em matéria de concepção, organização e gestão do Sistema, bem como para a definição das actividades a lançar conjuntamente, deverá ser constituído um Conselho de Gestão, integrando um delegado de cada uma das instituições parceiras. Competir-lhes-á submeter as decisões tomadas nessa sede aos respectivos dirigentes máximos, designadamente no que respeita à comparticipação de cada um dos parceiros em matéria de fornecimento de programas e de conteúdos, bem como à repartição dos encargos a assumir.

Apenas como exemplo, a consulta da *Home Page* da Universidade Aberta de Portugal na Web (<http://www.univ-ab.pt>) dá uma visão panorâmica do conjunto de programas de ensino superior que poderiam, neste esquema de parceria transnacional, ficar acessíveis aos estudantes dos diversos países lusófonos.

Mas não seria apenas em domínios de educação formal que o Sistema exerceria a sua actividade: a abertura da comunicação electrónica, sob a sua égide, a escritores, artistas e

pensadores de língua portuguesa possui um enorme potencial de estímulo à permanente troca de ideias, à criação intelectual e ao debate em Português. Lembre-se que, usando apenas os meios clássicos, os custos das deslocações entre países e a demora nas comunicações a distância têm exigido, para que este diálogo transatlântico se tenha podido manter vivo ao longo dos anos, uma enorme dedicação e um enorme volume de esforços e de sacrifícios, como aconteceu no meritório caso da presente Conferência.

De qualquer modo, não é neste momento e neste contexto que se pretende chegar a uma decisão definitiva quanto ao efectivo prosseguimento da iniciativa proposta: deseja-se tão só obter um endosso moral quanto à sua validade e interesse, que possa servir de suporte a um projecto concreto de constituição do Sistema, a apresentar em tempo útil às entidades governativas e académicas dos dois países.